

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A concessão mineira da Almina – Minas do Alentejo, S.A. encontra-se ao redor da vila mineira de Aljustrel, distrito de Beja, numa área de 4.7Km² e abrange os depósitos de São João, Moinho, Feitais e Estação.

A mina de Aljustrel reaberta em finais de 2008, depois de ter sido comprada pela Almina, tratando-se de um projeto de investimento que visava a produção de concentrados de cobre, contudo entre 2012-2017 desenvolveram-se em profundidade os jazigos de Feitais e Moinho, tendo a produção anual aumentado para cerca de 3 milhões de toneladas. A Almina produz, atualmente, concentrados de minério que contêm sobretudo Cobre, Chumbo ou Zinco, que se destinam 100% para exportação, utilizando para isso principalmente o porto marítimo de Huelva, mas também os portos Marítimos de Sines, Setúbal e por vezes Lisboa. Há a considerar que para o transporte, de toda a sua produção, até estes Portos a empresa Almina recorre ao uso de Camiões, o que implica que diariamente saiam da mina de Aljustrel cerca de 3 dezenas viaturas pesadas, que percorrem inclusivamente o cento de aldeias e vilas como Aljustrel e Mértola.

Porém, o complexo mineiro da mina de Aljustrel é servido por um ramal ferroviário, com uma extensão de 8,276 Kms que tendo sido requalificado em 1991, permitiria escoar toda a produção de minério por ferrovia, com ganhos para o ambiente, para as populações e infraestruturas da região. Como atualmente o ramal, que se encontra ligado à linha do Alentejo, está formalmente desativado o que implica que o transporte da produção mineira seja feito por estrada. Já em 2008, a empresa Pirites Alentejanas, concessionária da Mina de Aljustrel, procurou reabilitar esta ligação ferroviária, para garantir por essa via o transporte dos produtos da mina, porém este projeto nunca se concretizou.

O transporte com recurso a veículos pesados, está a trazer consequências negativas, desde logo, para o ambiente, não só por se tratar de uma opção de transporte mais poluente no que respeita à emissão de gases, mas também porque não está garantida a estanquicidade dos camiões com a libertação de partículas derivadas dos concentrados metálicos que transportam, com evidentes prejuízos para a saúde e segurança das populações. Não esquecendo, igualmente, os efeitos no estado de conservação das estradas utilizadas para o efeito, pois estas estradas não estão concebidas para suportar tamanho esforço e carga no que respeita ao transporte de minério que é efetuados por elevado número de camiões pesados. Sendo que

estas viatura pesadas também, colocam em perigo os outros utilizadores das estradas, sobretudo as estradas mais estreitas, ocorrendo mesmo com muita frequência acidentes envolvendo os veículos usados no transporte do minério. Torna-se assim evidente que estando Aljustrel dotado com um ramal ferroviário (8,276 Km) ligado à linha do Alentejo, recomenda o bom senso que se proceda ao aproveitamento das vantagens e potencialidades que o mesmo proporciona, até porque é necessário ter em consideração que a poucas dezenas de quilómetros de distância na Mina de Neves-Corvo toda a sua produção é transportada por ferrovia, através do Ramal de Neves-Corvo (31,217 Kms) que está ligado à linha do Alentejo com os evidentes ganhos ambientais, de saúde e de segurança.

Nesse sentido é fundamental a reabertura do ramal ferroviário de Aljustrel, em conjunto com a modernização da Linha do Alentejo, criando assim uma alternativa menos poluidora para a população e permitindo o transporte dos concentrados em melhores condições ambientais e de segurança rodoviária.

Assim, ao abrigo das disposições legais e regimentais, solicita-se ao Governo que, por intermédio do Ministério das Infraestruturas e Habitação, sejam prestados os seguintes esclarecimentos relativamente à reativação do Ramal de Aljustrel:

1. Tem o Governo conhecimento dos efeitos resultantes para a população, ambiente e infraestruturas rodoviárias no que respeita ao transporte de minério, com recurso a viaturas pesadas usado pela Almina?
2. Reconhece o Governo que o transporte por via rodoviária compromete a saúde e segurança das populações, é prejudicial para o ambiente, bem como aumenta a insegurança rodoviária e danifica as infraestruturas rodoviárias?
3. Quais os custos acrescidos com a reparação de infraestruturas rodoviárias danificadas pela sobrecarga resultante do transporte de minério da mina de Aljustrel?
4. Que medidas pensa o Governo tomar para eliminar todos os efeitos prejudiciais resultantes do transporte de minério proveniente da exploração da mina de Aljustrel?
5. Reconhece o Governo que o Ramal Ferroviário de Aljustrel de apenas 8 km e 276 m é a melhor opção para o transporte de tão avultadas quantidades de minério?
6. Está o Governo disponível para implementar um plano de reativação do Ramal Ferroviário de Aljustrel?

Palácio de São Bento, 12 de novembro de 2019

Deputado(a)s

JOÃO DIAS(PCP)

BRUNO DIAS(PCP)